

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023.

(Da Sra. Deputada **BIA KICIS**)

Acrescenta o § 3º ao art. 650 e acrescenta o art. 23-A à Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990, para assegurar, por meio de *habeas corpus*, proteção contra atos abusivos ou ilegais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei acrescenta o § 3º ao art. e acrescenta o art. 23-A à Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990, para assegurar, por meio de *habeas corpus*, proteção contra atos abusivos ou ilegais.

Art. 2º. O art. 650, da Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

“Art. 650.

§3º Caberá *habeas corpus* contra decisão monocrática proferida por relator.”

Art. 3º. A Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 23-A:

“Art. 23-A. Caberá *habeas corpus* contra decisão individual proferida por integrante do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.”

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 preconizou, no art. 5º, inciso LXVIII, que a ação de *habeas corpus* será concedida sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

O Código de Processo Penal – Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, por sua vez, complementa o dispositivo constitucional, na forma do art. 647, que determina que a ação de *habeas corpus* será concedida sempre que **alguém** sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência **ou coação ilegal** na sua liberdade de ir e vir.

Nos Tribunais, não há dúvida que o relator é órgão com diversas atribuições e competências, especialmente no âmbito penal, com possibilidade não só de monocraticamente conceder *habeas corpus*, como também de decretar medidas cautelares, inclusive busca e apreensão e prisão.

Especialmente no âmbito dos feitos com foro por prerrogativa de função, em que o relator preside o inquérito e conduz a ação penal, revela-se importante a garantia constitucional do *habeas corpus* como forma célere e eficaz de controle das decisões judiciais que podem acarretar ameaça à liberdade de ir e vir dos cidadãos.

Ressalte-se que a existência de recurso ordinário, a saber agravo interno, não impede o cabimento também do remédio heróico, com a vantagem de ser instrumento que possibilita a célere revisão por órgão colegiado, inclusive com designação de novo relator com a devida distância, seja do inquérito, seja da ação penal em curso.

No entanto, a jurisprudência pátria ainda se encontra majoritariamente dividida sobre o cabimento de *habeas corpus* contra decisões de relatores, especialmente no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

O assunto enseja debates de longa data, vide o [HC 127.483](#), rel. min. **Dias Toffoli**, Pleno, j. 27-8-2015, *DJE* 21 de 4-2-2016, em que empate de cinco votos a cinco acabou por permitir o conhecimento do remédio heróico.

De modo a pacificar a controvérsia doutrinária e jurisprudencial, além de resguardar a garantia do *habeas corpus* prevista no art. 5º, inciso LXVIII, da CF/1988, é importante que a legislação preveja expressamente o cabimento do remédio heróico.



Sala das Sessões, em de maio de 2023.

Deputada BIA KICIS
PL/DF

Apresentação: 30/05/2023 11:51:01.970 - MESA

PL n.2840/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236593628100>

